

## **JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL NO TERRITÓRIO VALE DO RIBEIRA: Uma análise sobre a realidade de jovens que vivem em pequenas propriedades rurais no Brasil**

*Josemeri de Mello Bernardelli*

**EMATER**

**Orientadora: Suzete Terezinha Orzechowski**

**UNICENTRO**

### **RESUMO**

O artigo apresenta a análise da pesquisa sobre a atividade extensionista da EMATER, no Paraná-Brasil, região do Território da Cidadania Vale do Ribeira que compreende os municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Dr. Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. Objetiva analisar como vem sendo tratados os interesses da juventude pelas práticas de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). A fundamentação perpassa o conceito de “juventudes” apresentado por Weisheimer (2005), Castro (2007) e Abramovay (1998). Trata a questão juvenil nos aspectos do trabalho, educação, lazer, protagonismo, migração e sucessão. A pesquisa se assenta na discussão sobre as metodologias preconizadas no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. De cunho qualitativo, com abordagem da pesquisa-ação, traz, na análise dos dados, sugestões de trabalho levantadas a partir das entrevistas realizadas e das dinâmicas de grupo utilizadas com os sujeitos da pesquisa na identificação dos Projetos de Vida.

**Palavras-chave:** Território da Cidadania Vale do Ribeira; Juventude; Extensão Rural; Projeto de Vida

### **ABSTRACT**

The article presents an analysis research regarding EMATER's sustainable activity, on Parana-Brasil, region of the Ribeira's Valley Citizenship Territory that comprises the cities of Adrianopolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Dr. Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul and Tunas do Parana. It's main objective is to analyse the way youth interests are being dealt with by the ATER (Abbreviattion for Technical Assistance for Rural Extension) practices. The Theoretical Construct surpasses the concept of “Youths” presented by Weisheimer (2005), Castro (2007) e Abramovay (1998). In regards to the subject of juvenile working aspects, education, leisure, protagonism, migration and sucession. The research has it's bases upon the methodologies precognized by the National Program of Technical Assistance and Rural Extension. With a qualitative approach, referring to the research action, it brings, based on data analysis, work suggestions arised by interviews realized and group dynamics utilized as research subjects on identification of Life Projects.

**Keywords:** Territory Citizenship Ribeira Valley; Youth, Rural Extension; Life Project

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo surgiu da necessidade de se reconduzir à luz da extensão rural oficial do Estado do Paraná, a questão da juventude rural a fim de apontar propostas estratégicas de ação para o Instituto Emater junto a esta categoria social. Para tal, parte-se do objeto da Lei 12.188/2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER e estabeleceu as bases para a execução do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER. De forma prática, trata-se de uma estratégia para tornar visível a juventude do Território da Cidadania Vale do Ribeira aos olhos da extensão, do Fórum do Território do Vale, e; principalmente a si própria. Este trabalho de pesquisa constitui uma iniciativa para fortalecer o debate acerca do protagonismo juvenil para o desenvolvimento desse território, cujo objetivo é a inserção do jovem como ator social, de fato.

A questão que se levanta é que assim como a Emater não vê a juventude rural como categoria social, o jovem também não percebe o papel da Emater enquanto órgão promotor de ATER. Isto que a maioria dos jovens ouvidos não a conhecia e aqueles poucos que acessam os serviços de ATER são levados para o plano do adulto. Do que se pode deduzir que a extensão pouco tem feito pela juventude do Território Vale do Ribeira enquanto categoria social, portanto alienada do trabalho daquela. Este é o tema do presente artigo cujo objetivo geral é identificar os projetos de vida dos jovens do espaço rural no Território Vale do Ribeira (TVR, de ora em diante) a fim de apontar processos educativos para o Instituto Emater frente à PNATER.

A pesquisa é aplicada cuja abordagem do problema constitui uma pesquisa qualitativa. O levantamento empírico é fundamentado na pesquisa-ação. O trabalho aborda inicialmente a ação educativa e extensionista do Instituto Emater e caracteriza a juventude rural do TVR a partir da revisão bibliográfica acerca da questão, no Brasil. Correlacionando dados e informações às falas trazidas na oficina de construção dos Projetos de Vida e em dois outros encontros posteriores com os jovens, articula-se este panorama ao resultado das entrevistas realizadas com duas

peçoas ligadas à Coordenação do Fórum do TVR e dois extensionistas do Instituto Emater que lá atuam. Por fim, aponta procedimentos para aprimorar a intervenção da ATER oficial junto às juventudes.

## 2 EXTENSÃO E JUVENTUDE

Importada dos Estados Unidos, a extensão rural chegou ao Brasil no ano de 1948, na cidade de Viçosa em Minas Gerais, e implantada no Paraná seis anos depois, com o propósito de agilizar o processo de modernização do Estado com base no capitalismo no campo, com o apoio de estado e dos recursos internacionais (FONSECA, 1985). Desde então a proposta extensionista passou por diferentes fases, ditadas pelos interesses políticos de cada época e, na história recente, sobreviveu à reestruturação das ATER estabelecidas pelo Governo Federal (FÁVARO, 1996), consolidando-se, no final dos anos 90 como protagonista no desenvolvimento rural sustentável (RUAS, 2006).

No cenário nacional, o período de 2003 a 2010 foi marcado pela atuação de organizações não governamentais e governamentais e movimentos sociais, com importantes mudanças, como a criação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Desenvolvimento Social - MDS, o Programa e a Política Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; a promulgação da lei 11.326/2006 que definiu a categoria “Agricultura Familiar” estabelecendo a Política Nacional da Agricultura Familiar; instituiu o Programa Territórios da Cidadania, em 2008; consolidou o PRONAF como política de inclusão social e; finalmente, a Política Nacional de Extensão Rural e Assistência Técnica – ATER, em 2010; e, nesse contexto, a extensão rural ressurgiu fortalecida, como ferramenta de transformação da realidade com cunho educativo e enfoque participativo, comprometida com o desenvolvimento sustentável e voltada para a agricultura familiar (*Ibidem*).

A lei 12.188 de 11/01/2010 que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e estabeleceu as bases para a execução do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, em seu artigo 2º, I, conceitua a ATER como um serviço de educação não formal,

**JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL NO TERRITÓRIO VALE DO RIBEIRA**

*Copyleft: Josemeri de Mello Bernardelli*

...de carácter continuado no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010b, p.1).

De acordo com Gohn (2010), a educação não formal deve ser compreendida como “um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade... designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes...” (p.33). Como serviço de educação não formal, a extensão, enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento rural sustentável, caracteriza-se por prestar seus serviços de cunho essencialmente educativo através da produção de saberes. Atua diretamente nos espaços não formais e de origem dos indivíduos assistidos, interagindo e integrando de forma horizontal com os beneficiários de sua ação, em consonância com as experiências vivenciadas por eles que participam de forma livre e opcional, de acordo com os interesses e necessidades de cada um (GOHN, 2010).

Portanto, como um processo de educação não formal a extensão deve mesclar o saber prático com o saber teórico no processo de visão do mundo trazendo este saber teórico para o mundo concreto a fim de dar-lhe significado. Pois aprender, para Freire (2006), não é acumular conhecimentos, visto que “no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por si, mesmo, reinventá-lo a situações existenciais concretas” (FREIRE, 2006, p.27-8) em contraposição à extensão tradicional, mera difusora de técnica e de tecnologia onde o extensionista “estende seus conhecimentos” ao outro que se pressupõe nada saber (*ibidem*).

A extensão concebida na PNATER pauta-se pelo princípio da equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia, portanto deve assegurar a participação, a legitimidade e a representatividade de todos os atores sociais envolvidos com o propósito de torná-los atores de um novo modelo de ATER, respaldado, agora, numa política pública. Já o processo metodológico deve estar fundamentado nos

princípios de participação, dialogicidade, troca e complementaridade dos saberes, na ótica do planejamento participativo e da gestão social (BRASIL, 2007a, p.28).

Essa concepção antiautoritária e emancipadora considera o agricultor e, sua família, como protagonistas de sua própria educação, sua história, tornando-se sujeitos de transformação do seu próprio desenvolvimento e é neste sentido que os agentes de ATER são orientados para exercer sua prática (FREIRE, 2006).

Em consonância com a PNATER, o Instituto Emater caracteriza-se por executar atividades de cunho educativo de assistência técnica e extensão rural, contudo, ainda necessita estabelecer uma nova prática dialógica com os agricultores familiares e outros integrantes da unidade produtiva, compatível com os princípios e diretrizes da nova ATER, estabelecidos na lei nº 12.188 que, dentre outros aspectos, preconiza que os serviços prestados pelas entidades de ATER, estatais e não estatais, serão executados mediante o uso de metodologias participativas, facilitadoras da prática dialógica entre agricultores e técnicos (BRASIL, 2007a).

O uso adequado das metodologias participativas favorece a inclusão das populações marginalizadas, pois são concebidas para envolver todos os atores sociais do ambiente, contemplando as dimensões de gênero e geração. E é neste sentido que para consolidar a PNATER, uma Pedagogia de ATER vem sendo construída de forma participativa tendo como fundamentos teóricos, “o construtivismo (Piaget), o sócio-interacionismo (Vygotski), a constituição do sujeito (Castoriadis) e a educação popular, emancipadora (Paulo Freire)” (BRASIL, 2010a, p.16). Nesta perspectiva verifica-se um primeiro dilema sobre as concepções pedagógicas utilizadas pelo MDA. Cada uma delas possui um referencial e, por consequência terão práticas metodológicas distintas. Este fato, por vezes causa certa insegurança metodológica entre os agentes de ATER. O próprio documento aponta a necessidade de “estudos mais aprofundados e abrangentes” (p.16) para entender como tais concepções podem ser utilizadas nas práticas de ATER. Se não, apenas existe um ecletismo de concepções e de práticas sem fundamentação.

Clarear as concepções teóricas deve ser objeto de estudo específico. Aqui aponta-se apenas tal questionamento com a finalidade de marcar tal necessidade.

Como o propósito desta pesquisa é entender a extensão rural e sua relação com a juventude, façamos isto, então.

## 2.1 A EXTENSÃO RURAL NA PERSPECTIVA DA JUVENTUDE

Entre as décadas de 1960 e 1970, várias estratégias de trabalho com os jovens foram implantadas, como o modelo extensionista importado chamado Clubes 4-S - sigla de “saber, sentir, saúde e servir” - que articulava uma disciplina rígida ao estudo e conhecimentos de novas tecnologias na forma de uma atividade extraclasse não vinculada com a prática curricular; contudo, a função educativa proposta não atingiu os níveis desejados, pois, muitas vezes conflitava com os valores e conhecimentos transmitidos pelos pais, deixando de ser trabalhada no final de década de 1970 (SILVA, 2001).

Desde então, o que existe são iniciativas pontuais muito mais como ação extensionista do que institucional aspecto esse que relega o jovem a um plano secundário no contexto de atuação da ATER. Aspecto que precisa ser revisto, pois a questão da juventude não é um fato isolado, conforme destacam Castro (2009) e Abramovay<sup>1</sup> (1998) para quem essa temática insere-se num contexto maior, sendo por ele fortemente atingido e tendo um papel de suma importância tanto na reprodução social da agricultura familiar quanto em sua sustentação.

O papel da juventude no meio rural despontou a partir da visibilidade que a agricultura familiar conquistou no final dos anos 90, mas, não obstante, o jovem do campo é ainda olhado, por muitos, na ótica do trabalho familiar, apenas como membro do grupo familiar (CARNEIRO, 2005). Weisheimer (2005) observa a “invisibilidade” dos jovens no contexto familiar rural e o dilema entre o “ficar” ou “sair” do campo; mesma perspectiva de Castro (2009) para que “a própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais” (p.182).

---

<sup>1</sup> Abramovay tem se constituído numa referência quanto às questões rurais, e em parceria com outros pesquisadores, discute a agricultura familiar enquanto unidade de produção e de reprodução de um sistema único, por consequência, a sucessão na propriedade, tratando a juventude rural e seu papel no cenário econômico nacional.

Henderikx (1983, p. 107) alerta para “o processo de dissolução econômica, a proletarianização e a marginalização atingia direta ou indiretamente os jovens com idade entre 14 e 25 anos, filhos de pequenos produtores no estado do Paraná”; aspecto esse explicado por Abramovay *et alli* (1998), para quem o sistema patriarcal camponês ainda é excludente pois o trabalho desenvolvido pela juventude no contexto da Agricultura Familiar restringe-se à unidade produtiva mas na condição de “ajuda”, que embora compreendido nessa condição, não é reconhecido como tal, pois não lhe é atribuído valor monetário, e nem lhe é dado acesso à remuneração da produção, pois a gestão destes recursos é feita pelo seu genitor.

“Os jovens do ambiente rural tendem a se engajar em trabalhos mais cedo que os jovens do ambiente urbano, e em trabalhos remunerados sem direitos trabalhistas garantidos” (FURLANI, 2010, p. 55). Esse fato também é observado por Silva (2002), destacando que os jovens com 19 anos que não foram para a cidade, trabalhar e ou estudar, buscam no casamento e na união estável o status (*ibidem*), de produtor e o acesso a terra (ABRAMOVAY, 1998).

Abramovay *et alli* (1998) compreende a “migração seletiva” juvenil do campo como uma forma de reorganização das relações familiares, pois o tamanho reduzido e insuficiente das pequenas propriedades dos agricultores familiares inviabiliza o sustento e a divisão da terra que não comportaria se todos ficassem. E as jovens são as mais atingidas por esta dificuldade, principalmente devido ao processo sucessório que tradicionalmente privilegia os herdeiros do sexo masculino no acesso a terra. Restando-lhes estudar e buscar outras formas de trabalho ou o acesso à propriedade através da união conjugal com outro agricultor e essa propensão à evasão feminina traz como efeito, o envelhecimento e a masculinização do rural, além de representar um “desgaste no tecido social do meio rural”. Considerando as relações de gênero nas questões da juventude rural é fácil perceber porque as jovens se dedicam mais aos estudos, pois “os rapazes tem uma predisposição muito maior para abandonar os estudos em função do trabalho” (SILVA, 2002, p. 103).

Além da questão da sucessão, outros fatores dificultam ser agricultor, conforme apontam os estudos de Abramovay *et alli* (2002), como a falta de capital, a falta de novas oportunidades de renda e a falta de terra. A ausência de espaço para

**JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL NO TERRITÓRIO VALE DO RIBEIRA**

*Copyleft: Josemeri de Mello Bernardelli*

a participação das jovens nas decisões da propriedade, o papel subalterno a que são expostas, aliado ao trabalho pesado também são fatores de expulsão do meio rural, até porque, “o processo de saída das moças do campo faz parte do declínio do próprio caráter patriarcal” (MELLO *et alli*, 2003, p. 22).

Na análise dos Projetos de Vida de jovens do ambiente rural, Furlani (2010) encontrou que, para a maioria deles, concluir os estudos era usado como uma estratégia para acessar trabalho e emprego remunerado, porém constituíam-se em projetos de vida muito presos ao presente imediato. Querem também casar e constituir família, restringindo-se a projetos que parecem mais possíveis conquistar.

A educação tem um peso representativo para o sucesso dos projetos de vida destes jovens e constitui importante instrumento “para o acesso a uma ocupação bem remunerada e menos penosa que a agricultura, assim a educação é vista pelo enfoque do acesso ao mundo do trabalho” (SILVA e CAPELO, 2010. p. 45). Fato constatado, também na pesquisa de Henderikx (1983).

Segundo Brandão (*apud* Silva, 2002), a escola formal tal como se apresenta - desconectada da realidade e seguindo padrões urbanos - contribui para o desinteresse da juventude pelo seu espaço e pela atividade agrícola, levando o jovem a trocar o campo pela cidade. Para Campolin (2000), as crianças expostas a este tipo de ensino, despertam desde muito cedo para as culturas urbanas e quando jovens acabam abandonando suas raízes, assim o desafio é proporcionar escolas que atendam às necessidades desta população e formação profissional adequada, priorizando a oferta de projetos que tragam em seu escopo aspectos educativos não formais como saída para suprir as deficiências da aprendizagem formal; o que já ocorre nos Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFAS, onde o trabalho agrícola é conciliado à educação escolar e busca-se a construção da identidade coletiva “juventude rural” e “agricultura familiar” e a formação de cidadãos plenos.

Outra demonstração da desigualdade e da invisibilidade da juventude é a reduzida participação dos jovens nas esferas de decisão e controle social das políticas públicas, mesmo presente em todos os debates. E, por essa razão, a juventude não tem sido incorporada nos processos de elaboração e implementação

**JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL NO TERRITÓRIO VALE DO RIBEIRA**

*Copyleft: Josemeri de Mello Bernardelli*

das políticas que lhe são destinadas (BRASIL, 2008). Diante destas evidências avalia-se que a juventude rural é pouco beneficiada pelos projetos e políticas públicas de desenvolvimento rural (CASTRO, 2009).

Lançando um olhar sobre a realidade, é importante revelar, tornar visível a realidade dos jovens do território da cidadania. É no Vale do Ribeira que se encontra o objeto da pesquisa e a realidade da juventude ali construída e experienciada. Então, traz-se agora esta necessária aproximação.

### 2.1.1 Jovens no Território Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira, inserido no Programa Territórios da Cidadania, abrange trinta e um municípios, sendo nove no estado do Paraná e vinte e dois em São Paulo (EMATER, 2003), constitui uma unidade de planejamento e intervenção em escala territorial a fim garantir os direitos sociais às regiões que mais necessitam, integrando políticas públicas, programas básicos de cidadania e ações dos municípios, estado e governo federal (BRASIL, 2007b).

Sua população é composta basicamente por agricultores familiares que trabalham em pequenas unidades produtivas que desenvolvem atividades agrícolas de subsistência em áreas montanhosas da mata atlântica (DIEGUES, 2007). Os baixos índices de desenvolvimento social deste território não se aplicam aos índices econômicos encontrados nos relatórios e dados oficiais, onde as atividades mineradoras e os reflorestamentos se destacam (IPARDES, 2007).

As atenções voltadas para este território colocam em pauta a necessidade de reconstrução desta territorialidade. É fundamental trabalhar a consciência do rural e a incorporação desta ideologia. Com a acessibilidade aos meios de comunicação, a barreira invisível entre o rural e o urbano, enquanto espaço físico se dilui. O jovem não se encontra mais isolado, o mundo rural traz-lhe novas oportunidades e sua identidade vai se reafirmando. As informações chegam mais rapidamente e a tomada de consciência começa a se consolidar.

Dados relativos a essa população no Diagnóstico Socioeconômico do Território Ribeira: Estado do Paraná (IPARDES, 2007) trazem jovens e crianças

**JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL NO TERRITÓRIO VALE DO RIBEIRA**

*Copyleft: Josemeri de Mello Bernardelli*

numa mesma categoria - filhos. Mascara-se a realidade e também se demonstra, a invisibilidade do jovem no mais representativo dos diagnósticos já feitos sobre o Vale do Ribeira, que destaca, dentre outros aspectos, a migração do jovem para a cidade e como consequência, a predominância de agricultores adultos e idosos.

Neste foco, o ato de migrar está associado à busca de “algo melhor”, pois a permanência no seu espaço rural está condicionada à qualidade de vida, à sustentabilidade social no sentido da sua cidadania (ABRAMOVAY *et alli*, 2002).

Esta realidade mostra que a juventude apresenta-se sem atenção e com poucas políticas públicas voltadas para eles, e sem representatividade para lutar por políticas viáveis. Aspecto esse abordado por Castro (2009) que destaca os movimentos sociais rurais no Brasil, especialmente no período de 2000-2007 dos quais surgiram novas organizações ligadas à juventude, constituindo-se em espaços específicos de discussão com o propósito de torná-los atores políticos. A questão é que, mesmo com a presença de algumas destas organizações no Vale do Ribeira este é um fenômeno em movimento que ali ainda não se consolidou.

Por força das características próprias do trabalho agrícola, o jovem do TVR - assim como os demais jovens rurais - começa a trabalhar mais cedo e constitui-se em chefes de família mais cedo, se comparados aos jovens da cidade (CARNEIRO, 2007; FURLANI, 2010; SILVA E CAPELO, 2010).

A falta de oportunidades e a formação escolar que não lhes oferece um futuro profissional impulsiona o jovem para fora do meio rural, realidade essa presente no Vale do Ribeira e que aponta para a necessidade de mudança e adequação do sistema educacional vigente consoante com as atividades desenvolvidas naquele espaço. O que reforça a importância da escola do campo e mostra a urgência da consolidação da Casa Familiar Rural prevista para 2011, no município de Cerro Azul.

Para Castro (2005) a necessidade de repensar o “sair” e o “ficar” para além das consequências do ensino formal relaciona-se de forma direta com a estratégia familiar de manutenção da terra, de reprodução social da família e de busca pela autonomia do jovem, afastando-se da autoridade paterna.

Ainda há muito a ser feito, até porque as políticas específicas para este segmento não conseguiram dar conta da demanda reprimida. Duas principais políticas federais disponibilizadas à juventude rural: PRONAF/Jovem e; “Nossa primeira terra”, praticamente não foram acionadas pelos jovens deste Território. Isto ocorre por desconhecimento, mas também devido aos obstáculos encontrados pelos jovens, quer seja pela dificuldade de acesso a terra, quer seja por não cumprirem os requisitos exigidos por estas políticas. Da forma como elas estão estruturadas acaba por tornar inviável o seu acesso. Tem-se aqui a urgência em trabalhar extensivamente tais políticas.

Para compreender e interpretar a realidade dos jovens do vale do Ribeira, a pesquisa de campo foi estruturada apresentando-se, a seguir, a metodologia que sistematiza o levantamento dos dados com posterior análise dos mesmos.

### **3 METODOLOGIA – Da prática de pesquisa para a pesquisa-ação**

A estratégia metodológica alinou-se às orientações da PNATER que preconiza “atividades de pesquisa-ação participativas, de investigação-ação participante e outras metodologias e técnicas que contemplem o protagonismo dos beneficiários” (BRASIL/MDA, 2007a). Para tanto, os procedimentos adotados compreende três momentos distintos, acrescidos os resultados obtidos em outros dois encontros, extra-pesquisa, com os jovens do TVR.

Para a oficina de construção dos Projetos de Vida foi utilizado como referencial teórico o conceito de oficina e dinâmicas de grupo propostas por Afonso (2000) e quatro técnicas de trabalho em grupo tendo como referência Furtado e Furtado (2000), Lucchiari (1993) e Yozo (1996). Com o propósito de identificar os Projetos de Vida dos jovens do espaço rural neste Território correlacionando-os com a ação extensionista; o que acabou trazendo, além das expectativas para o futuro, subsídios para entender melhor os porquês das escolhas relacionando-as ao trabalho, educação, migração, sucessão e protagonismo.

Para compreender a relação entre ATER e a juventude rural no Vale do Ribeira, foram ouvidos, inicialmente - através de entrevista semiestruturada - o

**JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL NO TERRITÓRIO VALE DO RIBEIRA**

*Copyleft: Josemeri de Mello Bernardelli*

articulador do Território e o secretário executivo do Fórum, bem como, dois extensionistas de campo. As entrevistas foram analisadas em quatro aspectos: de que forma a ATER tem chegado até os jovens rurais e como a extensão rural oficial atua junto a este público; como é percebida a questão da juventude rural no TVR; como se dá a representatividade e a participação da juventude no Fórum do Território da Cidadania; e que estratégias de ação extensionistas poderiam advir para trabalhar com a juventude rural.

A abordagem destes sujeitos através de entrevistas semiestruturadas representou um “meio de coleta dos fatos relatados pelos atores enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está focada” (DESLANDES *et all*, 1994). Ao mesmo tempo, que, conforme, Trivinos (1987), “oferece amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”, (*ibidem*, 1987 p 146).

As entrevistas gravadas foram transcritas e receberam autorização para publicar. As respostas agrupadas serviram para posterior análise dos dados e subsídios para a reflexão com estes atores a fim de retirar propostas de ação.

A obtenção de informações com os jovens se deu de forma interativa durante a pesquisa-ação a partir da construção de Projetos de Vida e a reflexão da prática extensionista, complementados com os encontros extra pesquisa. Para efeito de compreensão da análise dos dados, convencionou-se chamar os sujeitos da pesquisa como “entrevistados” e “jovens”. Sendo identificados com uma letra e um número para estes e duas letras para aqueles.

A unidade local da Emater formulou convite impresso que foi repassado aos jovens pelo diretor da escola a quem tivesse interesse em participar e que estivesse na faixa etária da pesquisa - entre 15 e 25 anos. Moradores nas comunidades rurais da região do Rio Açungui. Deste modo a adesão foi voluntária e a oficina ocorreu no dia 11 de novembro de 2.010 no período entre às 14h00 e 17h00. Seguiu a metodologia proposta no Projeto de Pesquisa. A oficina foi realizada em uma sala de aula reservada do Colégio Estadual José Elias, na Comunidade Rural do Açungui, em Rio Branco do Sul, Vale do Ribeira – PR.

Participaram da Oficina de Construção de Projetos de Vida 33 (trinta e três) pessoas, entre as quais trinta jovens, com idade entre 15 a 24 anos de idade, sendo dezoito do sexo masculino e doze do sexo feminino, além de um funcionário da Secretaria Municipal de Agricultura e dois técnicos da Unidade Local da Emater - uma zootecnista e um engenheiro agrônomo que atuam neste município. Segundo Thiollent (1997), “a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária” (*ibidem*, 1997, p.15). Quanto à escolaridade, com exceção de dois jovens que já completaram o ensino médio, todos cursavam o segundo grau, sendo que uma fazia pós-médio em Secretariado.

Para construção dos Projetos de Vida foram utilizadas técnicas participativas como sugere Thiollent (1997) e a pesquisa em grupo se deu na forma de oficina tendo como referencial teórico o conceito de oficina e dinâmica de grupo de Afonso (2000). Foram utilizadas a técnica da Raiz da Vida, de Furtado e Furtado (2000, p. 75), para auto apresentação. Uma mescla de duas técnicas de relaxamento indutivo-“Viagem a um bosque” e “Renascimento (Da Crisálida à Borboleta)”, de Yozo (1996, p.69 e 70). E, para a construção dos Projetos de Vida foi aplicada uma adaptação da técnica chamada de “Viagem a um dia no futuro”, de Lucchiari (1993, p.55)<sup>2</sup>.

Os jovens registraram o resultado desta técnica em formulário próprio e na sequência foram convidados a compartilhar seus Projetos de Vida com os demais, no grande grupo. Porém, apenas oito participantes sentiram-se confortáveis em discutir em público o teor de seus projetos, os passos necessários e com quem poderiam contar para concretizá-los. Por fim, questionou-se de que forma a Emater poderia contribuir com esses Projetos de Vida. Apenas três jovens tinham ideia do papel institucional da EMATER. Em três projetos foi citada a Emater como apoio para alcançar os Projetos de Vida, porém não souberam especificar qual apoio seria. Como os jovens mostraram interesse em continuar a discutir sobre suas dificuldades e anseios e havia necessidade em aprofundar o debate com eles, ficou acertado um novo encontro no mesmo local e horário, o que ocorreu no dia 25 de novembro de 2010. Neste dia, foi desenvolvida a técnica de recorte em revistas, na qual cada um

---

<sup>2</sup> Importa observar aqui que a formação da pesquisadora é Psicologia nas áreas clínica e organizacional e, nesse tipo de atividade, este aspecto passa a ser importante por conta das técnicas aplicadas.

deveria buscar uma palavra ou imagem que expressasse o seu sentimento a fim de compreender melhor como se sentem no presente com relação a ser jovem ali onde moram. A reflexão levou à discussão sobre o papel da Emater junto às famílias rurais do município e como ela poderia atuar junto à juventude rural do TVR.

Após participarem do Salão Estadual da Juventude Rural, em Bocaiuva do Sul entre 30 de outubro e 02 de dezembro. Alguns jovens, representantes dos municípios do Vale do Ribeira, se reuniram no dia 21 de dezembro, no Escritório Local da Emater em Rio Branco do Sul. Com a presença dos dois extensionistas que também participaram desta pesquisa, discutiram a organização dos jovens dentro do Território e de que forma a Emater poderia se envolver com a questão.

Os registros dos momentos com os jovens compuseram a análise de conteúdos e, durante toda a fase de coleta de informações, buscou-se refletir com os extensionistas de que maneira a ATER oficial poderia ou deveria contribuir com o jovem na consecução de seus planos. Confrontando os Projetos de Vida destes para o futuro e os desafios, angústias e expectativas com relação à atividade rural e a vida no campo, no presente. Daí retirou-se subsídios para elaboração conjunta de propostas estratégicas de ação frente à questão da juventude do TVR.

Os dados obtidos na pesquisa de campo foram analisados apresentando-se, a seguir os resultados que aparecem de forma objetiva em categorias identificadas a partir do trabalho realizado.

#### **4 RESULTADOS**

Quando do levantamento de dados para chegar aos resultados pudemos agrupar a análise em três categorias: Jovem e território; protagonismo juvenil; juventude e extensão rural. É a partir destas categorias que os resultados foram tratados e daí organiza-se a apresentação que se segue.

Sob a ótica do jovem e o território, foram analisados: Projeto de Vida, Migração e Sucessão. Os Projetos de Vida mostram que no futuro com exceção de um jovem, todos pensam que estarão casados. Quatro não terão filhos. Três estarão no endereço atual; dois vão morar na área rural próxima à Itaperuçu, cidade vizinha à Rio Branco do Sul e a maioria estará morando em outras cidades. Quanto ao trabalho, apenas dois estarão na atividade rural – aquela que fez curso Técnico em Agropecuária na Escola do Campo Newton Freire, em Pinhais. E, outro jovem que se vê como “... fazendeiro, criando gado”, (H21), porém num outro estado, numa “... fazenda minha com umas ou muitas vacas, ter uma plantação de verduras em terra fértil e milho para as rações para os animais.” (H21). Dois jovens pensam em permanecer no mesmo endereço, porém em ocupações não agrícolas, “... serei DJ da minha própria danceteria.” (G19) e “... estarei dando aulas de educação física, no colégio onde estudei.” (W20). A maioria tem como Projeto de Vida cursar faculdade em diversas áreas. Nenhuma voltada para as ciências agrárias. Pode-se deduzir, seguindo a concepção de Castro (2005), de que, tais escolhas, espelham profissionais conhecidos e, bem sucedidos para o padrão deles.

Observa-se que pretendem sair, para alcançar uma profissão, afinal, estarão buscando melhorar de vida, mas “... será um trabalho muito bom... muito diferente de hoje, com mais alegria, terei outro tipo de vida, estarei muito feliz, trabalhando muito.” (E17). Sentimento recorrente entre os jovens ouvidos que tem consciência que não será fácil. O esforço será recompensado com uma vida financeira boa pretendendo ajudar os outros, principalmente os pais e a família. Sentem que com esta vida serão pessoas felizes, com amor, saúde, paz e gratos a Deus. Passando a noção do ideal urbano, não real, de acordo Pinto, apud Fávoro (1996).

Em Rio Branco do Sul está instalada uma fábrica de cimento do Grupo Votorantim. É possível deduzir que os jovens que se imaginam nas áreas técnicas afins, pretendem trabalhar ali, como é o caso de um jovem que quer trabalhar na mesma empresa onde o pai já trabalha, “... quero começar de baixo e vou até o topo, com muito esforço e dedicação.” (J29). E, apesar de visualizarem para o futuro ocupações não agrícolas, muitas delas sendo desenvolvidas no espaço urbano, (G06) planeja “... ter uma chácara e quem sabe uma fazenda, pois pretendo

**JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL NO TERRITÓRIO VALE DO RIBEIRA**

**Copyleft: Josemeri de Mello Bernardelli**

*continuar a criação de gado do meu pai.*” Enquanto que (F07) diz que “... vou ter uma chácara para passar os fins de semana e criar alguns animais”. O que demonstra o apego com ao campo e que os jovens ao saírem acabam por reconstruir a dimensão da ruralidade em seus projetos de vida (CASTRO, 2009)

Para alcançar seus Projetos de Vida creem poder contar com os pais, a família, com Deus, os amigos, esposa/marido, professores, governo. A Emater apareceu três vezes como apoio, sem, contudo conseguirem visualizar que tipo de apoio seria. Evidencia-se a falta de uma atuação específica junto a este público, ao passo que na vida futura pretendida por estes jovens parece não haver espaço para o trabalho que a Emater desenvolve.

Os Projetos de Vida destes jovens, da forma como aparecem, trazem uma leitura fatídica a de que “*aqui em Rio Branco a agricultura está acabando*” (R38). Isso reforça o sentimento dos jovens quanto à falta de perspectiva que a atividade agrícola traz, especialmente neste Território. “... *a maioria dos jovens vai trabalhar na roça porque o pai leva... não tem vontade... ele não vê perspectiva que tem um futuro... já viu que o pai não teve resultado... colhe e no final do ano vai pagar o armazém que ficou devendo o ano todo*”. (R38.). Este aspecto é reforçado por (R39). “... *é, quando leva sorte e consegue pagar.*” Por isto, os pais querem que os filhos saiam, e até os incentivam crendo assim, que estão melhor encaminhados. Com certo tom de tristeza, um jovem conta que “*o próprio pai diz... ‘filho, vai pra cidade e vê se você consegue melhorar’... ele mesmo desanima a gente.*” (E40.). Em seguida, (C01) complementa trazendo a questão de gênero: “... *Com as moças é mais difícil, mas com os filhos o pai qué mais que ele vá embora*”.

O futuro real depende de muita reflexão sobre cidade x campo: a cidade pode ser uma alternativa para a falta de perspectiva dos jovens deste território. Contudo, como observa (S41) “... *só que Curitiba não é bem assim, pode voltar bem pior...*”, complementado por (C37) “*veja tem os bolsões de pobreza na cidade e tem também lá no campo... nenhum deles é bom.*” Dá a impressão que os jovens sentem-se numa encruzilhada entre o sair e o permanecer, o que gera angústia e preocupação.

Pois, “... *a situação é complicada pra piaçada... falta renda... quem consegue trabalhar no pinus, tem um rendimento no fim do mês... fica lá... dá até pra casar...*”

**JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL NO TERRITÓRIO VALE DO RIBEIRA**

**Copyleft: Josemeri de Mello Bernardelli**

*[risos]... é mesmo... as meninas com 16 anos também já não vê que vir pra cidade já não é tão atraente como antes... preferem casar com os piá do pinus... se ele compra uma moto já fica até bonito... [risos]... o piá que trabalha no pinus pode dar uma condição de vida melhor para elas... já quase não tem mais propriedade pra plantar” (C37). Este aspecto sugere uma opção de futuro para os jovens e para as jovens.*

Estas falas mostram a questão do acesso a terra e a invasão do pinus sobre as áreas dos pequenos e descapitalizados agricultores do território. O que representa uma ameaça para a reprodução da agricultura familiar e que nos últimos trinta anos trouxeram grandes modificações na forma de viver da sua gente “... a agricultura familiar tá destruída, o que sobra é o pinus... como resolver?... acertar algumas cadeias, mas passa pela organização, seja o nome que for, grupo, coletivo, comitê... O que tem que ser discutido é a cooperação entre as pessoas” (C37).

Resta então uma constatação encontrada na fala de (M08), “... eu acho que precisava ter mais trabalho aqui para a gente não ter que sair...”. Sugere que a própria atividade agrícola se tornasse viável. Assim sendo, não seria preciso sair. “... tinha que fazer a vida aqui mesmo...” (L16), pois, “... aqui o ar é puro, na horta a gente sabe que tudo é natural, sabe o que está comendo...” (F30). Então, pensar como as práticas de ATER vêm atendendo estas necessidades juvenis passa a ser muito importante. E, como pode se viabilizar, é mais um aspecto a ser enfrentando pela EMATER.

Além destes, outros aspectos exigem aprofundamento, como os sentimentos, como trouxe a fala de (T11), “... o jovem aqui se sente perdido... amedronta o depois”. É um retrato dos dilemas vividos nesta fase. Estes jovens terão que deixar sua rede de relacionamento e a família, para mergulhar num mundo completamente diferente, a fim de conseguir “melhorar de vida”. Isto é muito preocupante. É preciso rever criticamente a questão da migração juvenil. Este movimento é mais de migração ou de expulsão? Interessante é refletir sobre, dentro das práticas de ATER. Pois, ao migrar, o jovem não está se recusando a suceder o pai, a recusa é pelo modo de vida e pelas dificuldades enfrentadas, sem, contudo, significar rompimento com os laços familiares. Deixam para traz sua comunidade e as redes

ali estabelecidas e consolidadas onde valores socioculturais únicos dão significado às suas vidas e se perpetuam através de suas famílias e amigos (AGUIAR, 2006).

Na prática nem todos migram como gostariam. Alguns acabam permanecendo acessando a idade adulta, reproduzindo a dinâmica vigente e perpetuando a agricultura familiar. Nos casos em que os pais não querem que os filhos saiam, o jovem acaba procurando no casamento o passaporte para a idade adulta, com diz (E34) “... *tem muito jovem que casa para vim pra cidade... antes o pai e a mãe não deixava vim... com as meninas é pior ainda.*”. A questão é que a migração está interligada às questões da educação, da cultura, da tradição, do acesso a terra, ao trabalho e ao lazer, conjugados ao fascínio que o urbano exerce sobre o rural. Como retrata uma parte do diálogo entre três jovens: “*lá na comunidade não tem nada, não tem uma praça... (N35) ... “mas aqui [na cidade] tem e fica abandonada com os banco quebrado...”(R38), rebatido por (C37) “lá não tem praça, mas como a gente não tá acostumado, nem sente falta...”*”.

Na perspectiva do jovem e sua inserção na sociedade como protagonista: trabalho, educação e lazer. Os jovens da pesquisa, em sua maioria, se autodenominam “estudante”, como uma condição temporária, pretendem migrar para a cidade em busca de emprego, salário e melhores condições de vida. Uns poucos que se autodeclararam agricultor, trabalhador rural, trabalhador na lavoura, se colocam na condição de migrantes. Quem já tem uma colocação no mercado de trabalho se declarou como tal (técnico agropecuário e trabalhador em tele centro). Caracterizando desta forma a urgência do trabalho como garantidor do futuro.

Na análise do que é ‘Ser Jovem ali’, as falas trouxeram em primeiro plano as dificuldades quanto ao trabalho do presente, a roça e os afazeres domésticos e da propriedade. Mas também trouxeram a necessidade de espaços de socialização, para o lazer, como diz (E17) “... *na minha figura aparece o trabalho da roça... tem que ter espaço para esporte... futebol é o único divertimento...*”. Visto que é no lazer que as relações afetivas de amizade, respeito e solidariedade se consolidam e se fortalecem. Para eles o que existe é trabalho e estudo a ponto deste representar o lazer, conforme diz (T14) “... *para mim é a escola... eu vejo [nela] um grande*

*divertimento... é o lugar que eu tenho para sair*". Embora muitas vezes o trabalho acabe se sobrepondo e interferindo nos estudos.

No espaço rural trabalho e vida se misturam integrando os jovens desde cedo na dinâmica da propriedade, que vão sendo inseridos aos poucos nas lidas de tal forma que ao chegar à fase juvenil já dominam as técnicas de produção. Desta forma o trabalho, seja na atividade agrícola ou nos afazeres domésticos, bem como, em outras atividades não agrícolas é uma constante na rotina diária destes jovens. Aparecendo como "ajuda" - na lavoura, em casa, casa e lavoura - ao pai e à mãe. Mas muitos, como "trabalho" mesmo, na lavoura/agricultura na própria propriedade ou trabalhador volante e em casa. Para as jovens a realidade é mais cruel, pois, trabalham de igual para igual na lavoura e ainda acumulam os cuidados com a casa, conforme relato das jovens durante a oficina.

Jovens sujeitos ao sistema patriarcal vigente, onde os recursos oriundos da atividade agrícola são indivisíveis. Sem participação nos lucros, estão submissos ao dinheiro que pedem ao pai *"... sempre que preciso o pai sempre ajuda"* (M08). Muitos trabalham "por dia" em outras propriedades e serviços em alguma atividade ligada à agropecuária. Três fazem suas próprias plantações. Um é empreiteiro em ocupações diversas, como demonstra o comentário de (J12) *"o que aparece"*. Mesmo assim trabalhar traz algum prejuízo, pois, *"às vezes não dá tempo para se arrumar para a escola, é muito corrido"* (F15). Isso significa que na busca por uma renda própria e autonomia em relação aos pais restam-lhe o trabalho assalariado, longe de casa, implicando em ruptura com a atividade agrícola e com os laços familiares, sociais e comunitários. Autonomia alcançada de forma precoce e que pode provocar um salto da infância para a idade adulta, especialmente para os despossuídos em razão da pobreza.

Quanto à escolaridade, dos jovens ouvidos para esta pesquisa, dois concluíram o ensino médio. Uma cursa o Pós-médio em Secretariado. A maioria está terminando o primeiro grau ou cursando o segundo grau. Observa-se nos Projetos de Vida destes jovens que a escolarização é um objetivo perseguido por eles como passaporte para a vida urbana. Com a finalidade de ingressar no mercado de trabalho. Assim pode-se deduzir que ficar no campo não significa uma

opção, mas uma fatalidade, criando-se o dogma de que ou se estuda ou se fica no campo (ABRAMOVAY, 2002). Como se, para o trabalho agrícola não fosse necessário ou de nada valesse o conhecimento escolar. Além do mais, a tradição familiar reproduz a ideia de que a escola só traz retorno econômico para quem tem vontade de trabalhar em outra atividade, não agrícola (*Ibidem*). Com esta expectativa, pode parecer natural que a escola ofereça subsídios para o trabalho, urbano, não credenciando seus alunos para o trabalho rural.

Na contramão desta concepção, a implantação dos CEFAS tem surtido resultados positivos. “... *meu pai está bem, tem uma propriedade boa, fui fazer o curso de agroecologia para voltar, vou ajudar meu pai...*” (J22). Só que apenas alguns poucos jovens do TVR tem acessado os centros próximos - Newton Freire, em Pinhais e a Escola Agrícola de Palmeira. Os CEFAS representam uma opção de permanência destes jovens em seu meio. Pois, ao apoio dos pais (viabilizado pela metodologia de ensino que prima pela relação aluno-família na formação escolar) soma-se a viabilidade econômica que a propriedade insere. Do contrário, os jovens que acessarem estas escolas de formação nas áreas agrícolas, acabarão saindo do campo em busca de salário e ocupação fora. É nítido o nível de consciência e maturidade que estes jovens desenvolvem ao participarem deste tipo de formação, mostradas nesta fala: “... *eu penso que a gente deveria ter escola agrícola aqui, para trabalhar aqui, não ficar pegando técnico de fora.*” (J22).

No protagonismo juvenil as dificuldades encontradas pelos jovens para o exercício da participação e organização enquanto categoria social deve-se a falta de recursos, pois o jovem tem necessidade de transporte para se deslocar e se alimentar, quando for o caso. Sem recursos financeiros não conseguem participar, sem organização não conseguem recursos. Esta é uma armadilha que pode inviabilizar o exercício da participação e fragilizar qualquer iniciativa empreendida.

Outro fator prejudicial à organização desta categoria se refere ao tempo do jovem que é curto e muito do trabalho feito com ele se perde. Tornam-se adultos, casam ou saem do seu meio e os grupos se diluem. Foi o que aconteceu com o Coletivo da Fetraf “... *uma vez já teve um, trabalho com os jovens, era o coletivo, mas daí eles casaram e saíram... casou, parou... O coletivo não é só para namorar,*

**JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL NO TERRITÓRIO VALE DO RIBEIRA**

**Copyleft: Josemeri de Mello Bernardelli**

casar.” (N35). Parece que a mesma lógica que diz que ao casar o jovem passa para o plano adulto gera uma descontinuidade na participação do jovem em suas formas de organização. *Casou, parou! E como diz (T36) “... aqui é assim, quando casa já não é mais jovem”*. O que pode ser uma desculpa, pois, casados poderiam continuar participando em outros grupos, só que não é o que acontece.

Vontade e necessidade de participar os jovens sentem, mas enfrentam o descaso dos adultos: *...a média de participação das pessoas é 45 anos... precisa renovar as lideranças... participei da política, daí quando falava alguma coisa, diziam eles: o que ele entende de política? Os mais velhos não vê a gente como capaz.”* (N35). Participar representa uma forma de reverter a imagem que se tem da juventude, como desinteressado e descomprometido. (R27) argumenta que *“... eu acho que a gente tem que participar porque o que será a agricultura familiar daqui um tempo... será que vai sobrar alguém pra produzir alimento?”*. Este comentário mostra a preocupação com a continuidade da agricultura familiar e sua vital importância.

O jovem tem consciência que somente através da participação em espaços de decisão alcançará a legitimidade social da categoria “juventude” e construir-se-á um sujeito social que deixará a invisibilidade a que está exposto e ocupará seu lugar de forma diversificada no espaço em que vive, unindo-se a seus pares. Com este propósito, (J36), durante a dinâmica das figuras desafia todos em participar, se fazer presente, conquistar espaços com a seguinte fala: *“... Na minha [figura] tem uma pessoa agachada se escondendo atrás da mesa... a gente tem que dá a cara pra bate... não ficar escondido, precisamos sair de trás da mesa...”*(J36).

A relação entre juventude e Extensão Rural no Território Vale do Ribeira se desenvolve no âmbito de um Fórum de entidades governamentais e não governamentais as quais constituem um Conselho Gestor paritário que se articula através de plenárias. Desta forma, é grande o universo das entidades e instituições que atuam direta ou indiretamente no Território, muitas vezes ocorrendo *“... uma sobrecarga e sombreamento”* (RA). Verifica-se que a execução dos serviços de ATER, há muito, não é responsabilidade exclusiva da Emater. Embora ela, sendo

órgão público, se caracterize como entidade oficial de ATER no Estado, com presença constante, capilaridade e continuidade de ações.

Buscando compreender de que forma a ATER, oficial ou não, tem chegado à juventude rural do Vale do Ribeira, verificou-se que algumas entidades e organizações sociais ao longo dos tempos têm desenvolvido ações pontuais direcionadas ao público jovem. Foram trabalhos interessantes, mas, no entanto, (RA) e (ME) fazem a mesma avaliação ao dizer que “... *não teve continuidade porque os jovens saem do espaço, vão para a cidade*” (ME), ou porque, conforme (RA), não tiveram “... *muito apoio dos sindicatos dos municípios do Vale*”; ou porque houve “... *pouca participação*”, embora fosse uma proposta “... *muito boa... mas acabou o projeto, era de dois anos*” (RA). A partir destes relatos é possível fazer uma leitura de que a juventude, em algum momento foi visualizada, mesmo que de forma isolada. Contudo, algumas dificuldades ocorreram, tais como, a falta de efetivo e permanente apoio das bases municipais; a pouca participação; a dificuldade de participação em função dos deslocamentos; eventos sem continuidade ou como (RA) aponta: “*o problema é que os projetos têm prazo para acabar.*” Outro fator que dificulta o trabalho com os jovens é que “... *espera-se resultado imediato... para o jovem tem que investir constantemente, se não o resultado, não aparece... o tempo do jovem é muito curto... quando tá fazendo o trabalho com ele, o grupo muda, o jovem casa, sai, modifica-se...*”, conforme avalia (SS). Também se demonstra, por estes comentários, como a Emater pode ser efetiva no trabalho com a juventude. Pela sua característica diferenciada das demais instituições em estar presente constantemente nos municípios.

Ao dissertarem sobre como cada um percebia a questão da juventude rural no Território, os entrevistados pontuaram aspectos importantes que permeiam a discussão em nível nacional a respeito desta categoria social, como: protagonismo, educação, trabalho, lazer, terra, sucessão e migração. Para eles os jovens são ‘convidados a participar’ das atividades desenvolvidas pela Emater “... *dentro dos conselhos, nas reuniões, nos problemas das comunidades, nas reuniões do conselho, nas visitas às propriedades... eu nunca deixei de fora, fiz questão que eles participassem... sempre chamo a mulher e o jovem*” (ME). Porém isso não se

**JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL NO TERRITÓRIO VALE DO RIBEIRA**

**Copyleft: Josemeri de Mello Bernardelli**

constitui em ações voltadas exclusivamente para a juventude, mas para a família. O mesmo também ocorre nas reuniões do Fórum. Jovens são expectadores, não atores.

Diferentemente, (SE) avalia que *“o jovem não procura o serviço de ATER e o serviço de Ater não tem procurado o jovem.”* A ‘procura’, quando ocorre, é para acessar o crédito. Neste caso, ele é levado para o plano do adulto. Fato confirmado por (ME). Pois, para (SE) *“... o crédito traz retorno para o jovem... aquele que está trabalhando em olericultura é atraído pelo crédito rápido e juro barato.* Para (ME) e (SE) a extensão não tem visto a juventude como categoria social. Fato reforçado quando (SE) diz *“... aqui no escritório atendemos jovem e mulher igual ao agricultor adulto.”* A afirmação embora buscasse mostrar que não fazem distinção, é justamente esta falta de diferenciação no atendimento que o torna invisível.

Com relação ao trabalho do extensionista junto ao jovem, (RA) avaliou que o técnico em sua atuação *“quer segurar o jovem, mas [do modo] como ele vê e não como é de verdade.”* Por um lado, para (ME), o trabalho com o agricultor, de um modo geral, traz frustração *“... tantas tentativas e tanta resistência à mudança...”* por outro, no trabalho com o jovem as dificuldades são maiores. Embora pareçam mais interessados, flexíveis e curiosos, encontram obstáculos com a autoridade dos pais. Portanto, qualquer ação desenvolvida com a juventude tem que estar conectada a uma ação com os pais. Afinal, a terra, os recursos e os bens de serviço ainda estão sob o comando deles. *“... os bois e as terras são dos pais. Ele não tem autonomia, não tem aceitação pelo pai para novas tecnologias... dava para ver que os olhos deles brilham quando a gente explica... daí o pai não deixa fazer”*, conforme (ME).

Para os entrevistados a questão da sucessão no Vale do Ribeira representa outro dificultador, seguindo a mesma dinâmica encontrada em outros estudos. Não é discutida com os filhos e nem realizada em vida porque se o fizesse seria abrir mão do poder de gerencia e autoridade que cabe ao patriarca. Desta forma deixam como está. Assim como herdaram passam para frente. A partilha legal torna-se inviável. Até que, *“... ele [o filho] vem, recebe, não fica e vende para o pinus.”* (SE). Referência aos filhos que não tiveram acesso a terra enquanto os pais estavam vivos, migrando para outros lugares em busca de trabalho. Retornam a terra, apenas

para vendê-la. Agora como herdeiro, pois não chegou a ser sucessor da propriedade. Contudo, estas dificuldades parecem minimizadas quando o jovem acessa a condição de agricultor fazendo sua própria lavoura ou criação, tornando-se autônomos, responsáveis, capazes e estabelecendo um nível de confiança com os pais. Nestas condições procuram a extensão oficial que passa a atender os jovens que ficam, que continuam na atividade agrícola, independentes da condição paterna, talvez aqueles “*jovens de vinte anos em diante*” (RA). Assim, os extensionistas obtêm mais resultados com jovens que trabalham na olericultura e na bovinocultura e procuram a Emater por acreditar que a instituição possa prestar-lhes assistência.

A análise mostra que os técnicos não conseguiram ir além da percepção localista da realidade. O que demonstra a imersão total na realidade local, desconectada do universo global e suas inter-relações. Tal qual encontrou Fávoro (1996), apresentando muita dificuldade em perceber que a falta de preparo pedagógico para executar o trabalho educativo ao qual a extensão se propõe é o grande dificultador em lograr êxito em suas ações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que tinha o propósito de identificar os Projetos de Vida dos jovens do espaço rural neste Território correlacionando-os com a ação extensionista, acabou descortinando o universo da questão “juventude rural” em sua complexidade.

A maioria dos Projetos de Vida dos jovens objetiva um emprego na cidade, em ocupações menos penosas, com remuneração mensal, continuar os estudos fazendo faculdade e constituir família. Uma alternativa às dificuldades que seus pais enfrentam. Pois o jovem “... *não vê perspectiva que tem um futuro... já viu que o pai não teve resultado...*” (R27). Poderia ser diferente, como deseja (M08) “... *eu acho que precisava ter mais trabalho aqui para a gente não ter que sair...*” ou, ainda que a própria atividade agrícola tornasse viável a vida no campo. Assim sendo, não seria preciso sair, (F30) “... *tinha que fazer a vida aqui mesmo...*” (L16), pois, “...*aqui o ar é puro,...*”. Não é de se estranhar que “... *o jovem aqui se sente perdido... amedronta o depois*” (T15).

O apoio que a Emater poderia dar aos jovens não é claramente identificado nas falas dos pesquisados, provavelmente porque a Emater não tem uma ação específica direcionada para a juventude rural. Por outro lado, na vida futura pretendida por estes jovens parece não haver espaço para o trabalho que a Emater vem desenvolvendo. Os Projetos de Vida dos jovens estão desarticulados das ações da Emater. Já os extensionistas entrevistados entendem que a Emater têm atuado junto aos jovens rurais, principalmente com aqueles que desenvolvem suas próprias atividades agropecuárias. Mas, não como categoria social, e sim como jovem agricultor, levando-o para o plano do adulto. Assim, de um lado os extensionistas não percebem o jovem como categoria social, e de outro o jovem não percebe o papel da Emater enquanto órgão promotor de ATER, visto que a maioria dos jovens não a conhecia, o que indica a pouca penetração da Emater junto à juventude rural.

Conclui-se, neste momento, que a extensão pouco tem feito pela juventude do TVR, enquanto categoria social. Estando esta categoria alienada do trabalho extensionista. O que reforça a necessidade premente no trabalho de ATER, a de focar na juventude que se fortalece nas metodologias participativas conscientizando-se da importância do coletivo a fim de promover as mudanças preconizadas e necessárias. É preciso, como disse (SE) “... *trabalhar a juventude porque é o futuro da agricultura familiar... é igual time de futebol, tem que trabalhar as categorias de base, trabalhar agora para ele jogar no time principal amanhã...*”.

A extensão rural precisa urgentemente refletir sua atuação, na forma de uma nova práxis dos profissionais da Emater frente aos desafios da PNATER que preconiza o rompimento com a prática extensionista convencional, verticalizada, autoritária e estruturada, de transferência de conhecimento e tecnologia e de dominação. E pensar como as práticas de ATER vêm atendendo as necessidades juvenis e como pode viabilizá-las é um importante aspecto a ser enfrentando pela Emater. A competência técnica deve estar associada à competência pedagógica e esta será alçada através da formação integral, intensiva e continuada de seus agentes, criando grupos de estudos e consolidando as redes de relacionamento entre as diversas instituições e organizações que atuam no TVR.

Atendendo o objetivo proposto neste trabalho a partir do levantamento realizado, podem-se inferir algumas alternativas para aprimorar a intervenção da Emater junto às juventudes no Território da Cidadania Vale do Ribeira: envolvimento de todos que tenham relação com a questão da juventude no Vale do Ribeira para discutir e planejar conjuntamente; elaborar diagnóstico e planejamento participativos; desenvolver projetos estruturantes específicos para a juventude comprometendo-se com a continuidade; criar no Fórum a Câmara Técnica da Juventude; fomentar o protagonismo juvenil nas associações, nas organizações de grupos de jovens, resgatando o coletivo de jovens e no Fórum do Território a fim de torná-los atores e agentes de transformação do seu meio como caminho na busca de renovação das lideranças, comprometidas com as transformações sócio-políticas necessárias à concretização do desenvolvimento rural sustentável; discutir a questão do jovem dentro da família, principalmente a questão da sucessão, oportunizando o acesso a terra; trabalhar a questão da juventude junto aos pais, a partir de suas organizações; atender às demandas de capacitação apresentadas pelos jovens durante a fase de coleta dos dados da pesquisa; consolidar a Casa Familiar Rural em Cerro Azul; e, buscar a reversão da migração juvenil através de políticas públicas que ofereçam condições favoráveis à sua permanência.

A Emater tem um compromisso institucional com a agricultura familiar e uma responsabilidade social com as pessoas do campo, especialmente para com suas juventudes. Viabilizar esta agricultura é somar para que a juventude torne-se visível e respeitada enquanto categoria social, para que os jovens possam permanecer na área rural não pela falta de opção, mas como uma escolha consciente e organizada.

É necessário conhecer profundamente a cultura e a realidade onde estes jovens vivem a fim de estabelecer mecanismos de acesso à assistência técnica oficial gratuita que garante o fortalecimento da agricultura familiar. Questões como trabalho, educação, lazer, migração, sucessão e protagonismo são temas que precisam ser aprofundados e devem ser considerados pelos extensionistas em suas atividades. Portanto, trabalhar a juventude como categoria social é um desafio a ser enfrentado pela EMATER a fim de garantir a continuidade e o fortalecimento da agricultura familiar.

**JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL NO TERRITÓRIO VALE DO RIBEIRA**

*Copyleft: Josemeri de Mello Bernardelli*

As preocupações trazidas neste trabalho de pesquisa objetivou instalar um foco sobre a juventude rural. Caminho que pode e deve ser percorrido por todos os técnicos extensionistas. Fica aqui o convite. À divulgação destas informações deve seguir a troca de ideias e sugestões, a fim de nos tornarmos cada vez melhores naquilo que nos propomos fazer dentro de nossas instituições. E, a oportunidade em publicizar a pesquisa através desta parceria entre duas instituições públicas – UNICENTRO e EMATER vêm ao encontro da necessária disseminação científica.

## REFERÊNCIAS:

- ABRAMOVAY, R. (coord.), SILVESTRO, M., CORTINA, N. BALDISSERA, I.T., FERRARI, D. & TESTA, V.M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO/FAO/IN CRA/Epagri, 1998.
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; MELLO, M. A.; DORIGON. C.; BALDISSERA, I. T., **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. EPAGRI. SC 1-10, 2002 < disponível em [www.gp.usp.br/files](http://www.gp.usp.br/files) >
- AFONSO, Maria Lucia Miranda. **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo horizonte: Editora Casa do Psicólogo, 2000.
- AGUIAR, F. L. **Juventudes de um rural catarinense: trajetórias e cotidianos no contexto da agricultura familiar**. Dissertação de Mestrado em educação, UFSC, Florianópolis, 2006.
- BRASIL. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ater**. Brasília: MDA, 2010a.
- \_\_\_\_\_. **Política Nacional de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, junho, 2007a.
- \_\_\_\_\_. **Portal**. Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/porta/sdt/noticias/item?item>>. Acesso em: 30 ago.2010b.
- \_\_\_\_\_. **Relatório final 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solitário: por um rural com gente**. Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. Olinda: 25 a 28 de junho de 2008.
- \_\_\_\_\_. **Territórios da Cidadania**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília, junho, 2007b. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acesso em: 09 out.2010.
- CAMPOLIN, A. I. **Quando os alunos e as alunas são rurais e a escola é urbana: o significado do ensino médio para os jovens rurais**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação/ PUC RJ, Rio de Janeiro: 2000

CARNEIRO, M. J. Juventude Rural: projetos e valores. In ABRAMO, H. W; BRANCO, P.P. (org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. SP: Instituto cidadania: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2005.

CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005

\_\_\_\_\_. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y Juventud**, v 7, n 1, enero - junio, 2009, pp. 179-208: PUC, Universidad de Manizales, Colombia. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/733/77307108.pdf>>, acesso em: 05 out.2010

DESLANDES, Suely Ferreira, CRUZ NETO Otavio, MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**, Petrópolis: Vozes, 1994.

DIEGUES, A.C. **O vale do Ribeira e Litoral de São Paulo**: meio ambiente, história e população. São Paulo: CENPEC, 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/upau/cepec.pdf>>, acesso em: 07 out.2010.

FÁVARO, Jorge Luiz. **Comunicação como diálogo**: um estudo comparativo de casos na Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Santa Maria: Dissertação de Mestrado em Extensão Rural, 1996.

FONSECA, Maria Tereza L. **A extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FURLANI, D. D. & BOMFIM, Z. A. C. Juventude e afetividade: tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos. **Psicologia & Sociedade**, 22(1), 50-5. 2010.

FURTADO, Ribamar, FURTADO, Eliane. **A intervenção participativa dos atores – INPA**: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

HENDERIKX, E. G. **Perspectivas ocupacionais do jovem no meio rural**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 1983 – cópia em fac-símile (s/ref.).

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico E Social. **Diagnóstico Socioeconômico do Território Ribeira**: Estado do Paraná-1ª fase. Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/valedoribeira>>, acesso em: 05 out.2010.

LUCCHIARI, Dulce Helena Penna Soares. **Pensando e vivendo a orientação profissional**. São Paulo: Summus, 1993.

MELLO, M.A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; DORIGON, C.; FERRARI, D.L.; RUAS, Elma Dias *et al.* **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: Mexpar. Belo Horizonte: Barbara Bela Editora Gráfica, 2006.

SILVA, Rogerio Nunes, CAPELO, Maria Regina Clivati. **Juventude do campo e políticas**: algumas reflexões de um texto em construção. Trabalho de pesquisa realizada no Projeto de Juventudes: (re) conhecendo desigualdades e diversidades. UEL. Acesso em 18/outubro/2010 disponível em: <<http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/viewFile/210/110>>

SILVA, M. C. **Discursos sobre a juventude rural participante de Clubes 4-S (1959-1977)**. In Revista Esboços. Chapecó/SC: vol.9. n.9, p. 143-156, 2001.

SILVA, V. **Jovens de um rural brasileiro**: socialização, educação e assistência. Campinas: Cad. Cedes, v. 22, n.57, agosto/2002, p. 97-115. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1997.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa na educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YOZO, Ronaldo Yudi K. **100 jogos para grupos**: uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas. São Paulo: Ágora, 1996.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: Mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Disponível em <http://www.nead.gov.br/index.php?acao=biblioteca>.

**COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: De Mello Bernardelli, Josemeri; (2011); JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL NO TERRITÓRIO VALE DO RIBEIRA: Uma análise sobre a realidade de jovens que vivem em pequenas propriedades rurais no Brasil.; em <http://quadernsanimacio.net>; nº 14, julio de 2011; ISSN: 1698-4404**